



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150373 - MT (2021/0218645-9)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**RECORRENTE** : GEOVANE DOS SANTOS FRAGA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**RECORRIDO** : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GEOVANE DOS SANTOS FRAGA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (N. 007647-17.2021.8.11.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. Contra a decisão que decretou a prisão preventiva foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, que visava à revogação da prisão preventiva. Denegada a ordem, sobreveio o presente recurso ordinário.

Sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva carece de fundamentação idônea e que não estão presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva do recorrente.

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva com ou sem a imposição de medidas cautelares nos termos do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente